O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A AFAPERJ.

Juliana Ribeiro Portela¹

RESUMO

O presente trabalho compreende a gênese do sistema prisional, categorizando a arte de punir determinados indivíduos, que são considerados como ameaças a sociedade, sofrendo sanções penais e exclusão social. O estudo tem como objetivo compreender as consequências do encarceramento no âmbito familiar dos indivíduos privados de liberdade, identificando as principais demandas e desafios enfrentados pelos familiares de presos e egressos do sistema prisional. Ademais, busca reconhecer a importância do papel da família no contexto carcerário, desde o acompanhamento da execução penal à interface do membro familiar preso, com a realidade fora da prisão, destacando a capacidade de se organizar socialmente na dimensão da luta pela garantia e efetivação de direitos. A pesquisa pretende investigar as principais funções desempenhadas pela Associação de Familiares e Amigos dos presos e Egressos do Estado do Rio de Janeiro – AFAPERJ, uma rede de apoio social que presta serviços socioassistenciais no sentido de amparar e acolher à estas famílias.

Palavras-chave: Sistema prisional; Exclusão social; Família; Direitos.

ABSTRACT

The present work comprises the genesis of the prison system, categorizing the art of punishing certain individuals, who are considered as threats to society, suffering criminal sanctions and social exclusion. This study aims to understand the consequences of incarceration in the family context of individuals deprived of liberty, identifying the main demands and challenges faced by the relatives of prisoners and former prisoners. Moreover, it seeks to recognize the importance of the role of the family in the prison context, from monitoring criminal execution to the interface of the arrested family member, with the reality outside the prison, highlighting the ability to organize socially in the dimension of the struggle for the guarantee and effectiveness of rights. The research aims to investigate the main functions performed by the Association of Family and Friends of prisoners and graduates of the State of Rio de Janeiro - AFAPERJ, a social support network that provides social assistance services to support and welcome these families.

Keywords: Prison system; Social exclusion; Family; Rights

INTRODUÇÃO

Atualmente o sistema prisional brasileiro tem sido alvo de debates entre estudiosos,

¹ Juliana Ribeiro Portela, 36 anos, Assistente Social, Especialista em Saúde da Família, atuando na Atenção Primária à Saúde. Mulher Negra, moradora da zona oeste do Rio de Janeiro, integrante da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Direito a Cidade do Conselho Regional de Serviço Social CRESS/RJ - 7o região. Articuladora Social, Orientadora Social e Coordenadora Cultural, engajada em movimentos sociais, coletivos e ONGS defensoras dos Direitos Humanos que atuam frente as mais diversas expressões da questão social, no enfrentamento às políticas de encarceramento do Estado e na necropolítica que se instaurou no país com a onda neoliberal.

juristas, criminólogos e diversos outros grupos de pesquisa sobre os efeitos do encarceramento na sociedade, considerando que o Brasil ocupa a terceira posição mundial em população prisional, apresentando elevada taxa de aprisionamento. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, do banco de dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, a população prisional brasileira no ano de 2016 ultrapassou, pela primeira vez na história, a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, o que apresenta um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90.

O Estado do Rio de Janeiro, objeto desta pesquisa, ocupa a quarta posição na Federação no que diz respeito ao índice de aprisionamento, com uma população carcerária de 50.219 presos e presas, em um panorama de 28.443 vagas em 49 unidades prisionais. A taxa de aprisionamento no estado é de 301,9% entre os anos 2000 e 2016.

Os respectivos dados sobre o atual cenário das prisões no Brasil, nos remete a pensar o caráter estrutural das prisões, que é legitimado na punição e no controle social exercido sobre os indivíduos que se encontram intramuros das unidades penais do Brasil, se estendendo além dos muros da prisão, tomando proporções que vão culminar efeitos nocivos no âmbito familiar destes, atingindo a sociedade em suas mais diversas esferas.

A pesquisa se propõe a identificar as principais violações de direitos pelos quais essas famílias estão sujeitas, bem como se articulam e se apoiam socialmente, traçando redes de acolhimento e de resistência, que refletem o potencial de organização popular na oferta de políticas sociais para a população cujos familiares encontram-se privados de liberdade. O ponto de análise é a Associação dos Familiares e Amigos Dos Presos e Egressos do Estado do Rio de Janeiro – AFAPERJ. Uma vez que, o universo deste trabalho, se consubstancia na compreensão do trabalho desta instituição, o desafio enfrentado para a efetivação de direitos e a construção de dinâmicas para superar os efeitos do encarceramento sobre os presos e presas, os egressos e seus familiares, vistas a estabelecer processos de emancipação e retorno de seu ente familiar preso ao contexto societário livre.

O estudo é fundamentado na aproximação da teoria e da metodologia aplicadas no trabalho de campo e pesquisa, que consistiu em observação participante na instituição, de mais a mais, entrevistas de caráter não estruturadas aos profissionais envolvidos no atendimento as famílias na AFAPERJ, e também aos familiares de presos e egressos do sistema prisional.

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: BREVES APONTAMENTOS, DEFINIÇÕES E LEGISLAÇÕES

Desde sua gênese, o sistema prisional foi projetado como um sistema punitivo, onde por séculos a fio, a ideia de punição era sincronicamente concomitante a legislação vigente. Legislação esta, que poderia ser definida num âmbito moral, religioso, de costumes e princípios da sociedade ao longo de seu processo histórico. Foucault (2011) narra a implementação dos mecanismos de punição há alguns séculos, utilizados para a vigilância e controle social por parte do Estado e de grupos pertencentes as classes dominantes, que desde os primórdios da “arte de punir” penalizam a classe subalterna.

Até o fim do século XVIII durante a monarquia na Europa, a forma de punir era o castigo da pena aplicado em forma de suplicio, um ritual que deveria marcar o corpo do condenado e o fazer sofrer. Era um espetáculo ao qual todos o assistiam como triunfo da justiça. Entretanto, o espetáculo da punição em forma de suplicio,

[...] pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo; e como as funções da cerimônia penal deixavam pouco a pouco de ser compreendidas ficou a suspeita de que tal rito dava um ‘fecho’ ao crime mantinha com ele finalidades espúrias: igualando- o ou mesmo ultrapassando- o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê – los afastados, mostrando –lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminosos, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração. (FOUCAULT, 2011, p.14)

No início do século XIX o Estado com a política de proteger a sociedade dos “desajustados” e resguardar a propriedade privada e a vida, passa a assumir um novo tipo de castigo como legitimação do poder punitivo: O cerceamento da liberdade, com o surgimento da Prisão. A relação castigo – corpo não se assimila aos suplícios, mas,

[...]o corpo se encontra aí em posição de intermédio ou intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. (FOUCAULT, 2011, p.16).

A prisão é retratada na obra de Foucault (2011) como uma das “instituições disciplinares, um modelo punitivo de uma sociedade que utiliza aparatos legais para se proteger dos indivíduos “desajustados”, afastando do convívio social as ameaças de sua estrutura fundante. Ademais, o cárcere é categoricamente um dispositivo para moldar os indivíduos, visto que intramuros da prisão, o princípio de que os sujeitos que ali se encontram são “maus” e precisam ser moldados é eminente.

Desse modo, a prisão não é apenas um modelo punitivo estatal, mais complexa que isso, ela vincula em sua estrutura arquitetônica a diversos corpos, atravessados por diferentes

histórias, concepções e perspectivas, onde se desenvolvem processos de controle e vigilância. (MEPCT, 2016)

Em consoante aos corpos intramuros da prisão, se faz necessário salientar que estamos falando dos corpos das classes subalternas, que historicamente, vivenciam os efeitos da punição estabelecidos e perpetuados ao longo dos séculos, atingindo o cume arbitrário e violento atualmente com o encarceramento massivo da juventude negra e periférica brasileira. De mais a mais os dados apresentados pelo Infopen do recorte racial de 72% da população prisional ser negra, jovens entre 18 e 24 anos, de baixa escolaridade e baixa renda denotam o perfil racista, que outorga um sistema de justiça onde raça e classe são causas determinantes sumárias da punição.

Angela Davis (2018), afirma que há uma linha tênue em considerar e naturalizar a prisão. Porquanto, “a prisão é considerada tão ‘natural’ que é extremamente difícil imaginar a vida sem ela” (p.10). Aprisionar uma proporção cada vez maior da população remete a uma conjectural ideia que aqueles que vivem em liberdade se sintam mais seguros e que seus próprios direitos e liberdades estão mais protegidos, tornando a prisão como *algo natural*, sem a qual é impossível pensar a vida sem a sua existência, fatidicamente, inevitável à vida.

Atualmente, o Brasil tem assumido políticas de austeridade, repressão e violência a população pobre e periférica. A suposta “Guerra às Drogas”, respaldada pela Lei de Drogas 13.343 de 2016, tem sido um mecanismo para punir e encarcerar os pobres, pois a mesma pode vir a encarcerar usuários de drogas, de forma austera tanto quanto ao traficante. De maneira que, os pobres que traficam para sustento do seu próprio vício, e/ou sendo usuários são presos como traficantes por falta de parâmetros legais para discernir os *usuários* dos *traficantes* (MEPCT, 2016). Neste ponto, um debate crítico mais intrínseco se faz necessário, mas aqui me atenho ao objeto da pesquisa, porém, ao falar sobre sistema prisional brasileiro, é de suma importância contextualizar que os crimes relacionados ao tráfico de drogas são os que mais encarceram as pessoas no Brasil, cerca de 28% segundo o DEPEN.

Os apontamentos acima, mesmo que breves, fazem uma alusão do sistema prisional brasileiro em sua forma capilar, e, no que tange a legislação, considera-se importante salientar os direitos dos presos e o dever do Estado, que serão transcritos dos seguintes Artigos da Lei de Execuções Penais - LEP, “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (Art.10). Em sequência, das Disposições Gerais, que enumeram as assistências, material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Já O Artigo 41 da LEP, parágrafo único, dispõe como direito do preso: alimentação suficiente e vestimentas, trabalho e respectiva remuneração, direitos

previdenciários, visitas do cônjuge, companheira², de parentes e amigos em dias determinados, entre outros³. Portanto, ao citar os direitos em um contexto prisional cujo funcionamento, aglutina e marca determinados grupos – sujeitos, como por exemplo, os agentes penitenciários, as mulheres⁴, as famílias e a equipe técnica⁵ há que se pensar como esses grupos se organizam, se articulam, como tecem estratégias de relações e de hierarquias.

O UNIVERSO DE PESQUISA: A ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES E AMIGOS DOS PRESOS E EGRESSOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta pesquisa foi realizada por um período de dois meses, entre abril e junho do ano de 2019, junto aos familiares e amigos dos presos e egressos do sistema prisional, que integram a Associação dos Familiares e Amigos Dos Presos e Egressos do Estado do Rio de Janeiro – AFAPERJ, desde sua gênese, o que tornou possível conhecer a história, os objetivos propostos e as especificidades da instituição.

Os interlocutores dessa pesquisa narram os acontecimentos, através de suas perspectivas e experiências, todavia têm uma relação íntima, marcada por aspectos subjetivos, pois, além de fundarem a instituição, tiveram suas vidas entrelaçadas ao espaço, como parte da história, revelando uma conexão entre suas vivências e as origens da AFAPERJ.

A ideia de pesquisar a AFAPERJ e as famílias que compõe essa instituição surgiu no Seminário “Um ano de luta” em comemoração ao primeiro ano da Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro⁶, onde as famílias dos presos se manifestaram contra as violações de direitos no espaço prisional para com os familiares dos indivíduos em privação de liberdade. No decorrer do evento observei que inúmeras vezes foram afirmados por familiares, *“Vai ter luta! Família de preso não cometeu crime! Família de preso não é ignorante, conhece seus direitos!”* ou *“Família de preso vai à luta para defender nossos direitos; nos organizamos*

² Destaco que “companheira” é o termo empregado na LEP, sem variação ou flexão de gênero. A visitante companheira é aquela que não apresenta escritura pública comprovando união estável ou amizade com o detento, apenas possui declaração assinada por duas testemunhas, com firma reconhecida em cartório ou prestada diante de servidor público da administração penitenciária. (CONJUR, 2017)

³ Enfatizo os Artigos que serão expostos mais adiante, porém a não elucidação de “outros”, não inferioriza nem desclassifica os demais artigos. Sugiro a leitura detalhada da Lei de Execuções Penais e me atenho a finalidade proposta na pesquisa.

⁴ As mulheres totalizam o número de 42,3 mil presas no Brasil, de acordo com o Infopen em 2017. A presente pesquisa não tem por objetivo excluir o gênero feminino como parte da população prisional, porém, para possível abrangência das mulheres, há que se fazer um trabalho exclusivo, considerando suas demandas específicas e peculiaridades.

⁵ São diversos profissionais que realizam um trabalho em equipe: Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Médicos, entre outros.

⁶ A Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro é um coletivo aberto de movimentos, organizações, coletivos e militantes que lutam pelo desencarceramento, a partir, das diretrizes da Agenda Nacional pelo Desencarceramento (Pastoral Carcerária, 2016).

*em movimentos sociais, lutamos para resistir a toda e qualquer forma de violência por parte do Estado*⁷”.

A partir destas afirmativas, iniciei meu trabalho de campo que consistiu na combinação de entrevistas, observações e levantamento de documentos institucionais e instrucionais, na AFAPERJ, com intuito de compreender as principais violações de direitos pelos quais as famílias estão sujeitas, bem como essas pessoas se articulam e se apoiam socialmente, identificando o potencial de organização popular na oferta de políticas sociais para a população cujos familiares encontram-se privados de liberdade.

Minha inserção na instituição, foi precedida pela minha participação nas plenárias mensais da Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro, pelo qual acompanhei desde quando foi instituída no Estado. Foram dois anos de acompanhamento como auxiliar, conjuntamente às assistentes sociais que representam externamente a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro- CRESS/RJ, como membras e conselheiras, nos mais diversos espaços sociais e institucionais.

Meu primeiro contato com a AFAPERJ foi através da diretora, quem me apresentou as dependências e explicou detalhadamente a dinâmica institucional. Definimos que a pesquisa seria realizada às famílias mediante a permissão de seus membros, através de entrevistas não-estruturadas, onde o entrevistado aborda livremente o tema proposto retratando as experiências vivenciadas, em forma de liberação de pensamentos reprimidos, chegando até mesmo “em tom de confiança” (MINAYO,1999, p.59).

A AFAPERJ é composta por uma recepção climatizada, com cadeiras destinadas à espera dos serviços; um consultório odontológico, com instalações e equipamentos projetados de maneira a atender às necessidades da instituição, além de uma cozinha coletiva, que dispõe de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, também uma sala de acolhimento e atendimento às famílias, onde a equipe técnica multiprofissional se organiza e reparte o espaço. A instituição está situada no quarto andar de um prédio antigo, de cor amarela, que contém espaços cultural de lazer e entretenimento, de comércio alimentício e de uma pensão, onde os quartos estão disponíveis para hospedagem dos familiares dos presos. A pensão é referência para localização da instituição, pois há anos funciona como dormitório para os familiares, que nos dias que antecedem a visita, pernoitam em ambos apartamentos: dois apartamentos são reservados às mulheres e um apartamento aos homens. É um ponto de chegada e partida, que acolhe pessoas de diversos lugares, que se sobrepõem à jornada de visita aos seus familiares. São diferentes trajetórias, diversas culturas e percepções, num espaço de sociabilidade, visto que, o dormitório

⁷ As expressões destacadas com fonte Itálico e entre “aspas” referem-se aos termos utilizados pelos interlocutores de campo. Transcrevo as falas, entre conversas com as famílias dos presos e egressos do sistema prisional e nos diversos espaços onde os interlocutores representavam protagonismo em debates e eventos.

e as demais dependências são coletivos.

Por intermédio da minha segunda visita percebi que a pensão e a AFAPERJ muitas vezes são utilizadas pela mesma população, pois mesmo se tratando de diferentes finalidades, diferentes espaços, a população que se acomoda nas dependências da pensão, por vezes é parte da população usuária dos serviços de apoio que a instituição oferece. De modo que, pode-se observar as pessoas que se despendem de outros municípios para visitação e se acolhem na pensão, ou guardam seus pertences – há possibilidade de aluguel de armários, de espaços de higienização, destinados para banho ou necessidades básicas e venda de refeições prontas para visitas aos presos, acabam subindo ao andar superior para obter informações e orientações sobre os processos, regras e regulamentos dos presídios.

Minha terceira visita, em uma sexta-feira, fui recebida pela Equipe Técnica, que é composta pela secretária, que realiza os processos administrativos junto a direção; o advogado, quem presta assistência jurídica; a assistente social, quem realiza o acolhimento e os processos de acesso a direitos e o dentista, que faz atendimento odontológico com serviços destinados desde o público infantil ao adulto. Ao chegar na recepção, contabilizei cerca de quinze pessoas, estas aguardavam atendimentos - entre atendimentos agendados e não programados, o segundo era maioria, visto que a busca espontânea de familiares é comum na instituição. O atendimento odontológico era aguardado por metade dessas pessoas, e as demais seriam direcionadas aos demais atendimentos de acordo com suas demandas e/ou solicitações.

A secretária me apresentou aos familiares como estagiária de Serviço Social, explicando que estava como pesquisadora em observação à dinâmica da instituição, os mesmos pareceram confortáveis com minha presença, possibilitando uma interação, estabelecida entre conversas que versavam desde o momento do aprisionamento do familiar aos processos vivenciados pela família. Estes diálogos mais adiante nortearam a pesquisa e foram facilitadores para o desenvolvimento do meu trabalho.

Em conversa com a assistente social, quem realiza também, o atendimento de emissão de documentação civil e procedimentos burocráticos, fizemos um breve levantamento classificando o atendimento social, este é referido na instituição como “a social”; a solicitação de isenção para segunda via da Certidão de Nascimento dos presos foi identificada como a maior demanda, seguida da solicitação de habilitação para União Estável, da Declaração de Convivência Marital⁸ e a segunda via dos documentos civis: Registro Geral e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, estes são solicitados para a obtenção do Atestado de Permanência Carcerária, emitido pelo diretor da unidade prisional, provando que o indivíduo se encontra

⁸ Declaração de Convivência Marital é o documento que declara a existência de união estável para fins de reconhecimento da entidade familiar. A convivência marital, união estável, está prevista pelo artigo 226 da Constituição Federal, reconhecendo-a como entidade familiar.

preso, garante o acesso a qualquer direito do preso e de sua família, especificamente, a Carteira de Visitante. De modo que, “a social” além de atribuir isenção de documentos, também encaminha as famílias aos órgãos competentes, bem quanto agenda dia e horário destinados ao atendimento. Outrossim, orienta a família quanto às normas e regulamentos da SEAP e do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, por exemplo, a respeito do Benefício de Auxílio Reclusão.

Conversando com o advogado da instituição, obtive a informação sobre a classificação do atendimento jurídico, onde majoritariamente há busca para obtenção de informação sobre a Progressão do Regime do suspeito/acusado e o apenado; pude observar perguntas como: “quando ele vai sair, doutor? Pode ver se tem alguma previsão da Condicional?” Além de dúvidas quanto à Visita Periódica à Família – VPF⁹ e esclarecimentos às famílias que não possuem conhecimentos técnicos-jurídicos quanto ao que pode ser feito quando o ente familiar, que é preso pela prática em tese de um crime.

A técnica utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi a observação participante, sendo realizada pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, numa relação face a face, sobre a realidade dos membros dos grupos sociais em seus próprios contextos (MINAYO,1999), portanto, durante o horário de funcionamento da instituição, foram observadas as dinâmicas e interações das famílias e dos usuários dos serviços de apoio da instituição.

As demais visitas me possibilitaram conhecer o perfil das famílias usuárias dos serviços de apoio social da instituição, são famílias compostas majoritariamente por mulheres, negras, oriundas de classes sociais baixas, com baixo nível de escolaridade. Entretanto, parte destas, são engajadas em movimentos sociais de familiares de presos, voltados para o enfrentamento às políticas de encarceramento do Estado. Estas famílias se destacaram ao longo da pesquisa, pela capacidade de se organizarem socialmente, o que me despertou interesse em pesquisar esse engajamento social na dimensão da luta por direitos.

O foco da pesquisa são os familiares, usuários dos serviços de apoio da AFAPERJ, que fogem ao perfil representado pelos termos “guerreiras do cárcere”; “amor bandido”¹⁰ referenciado em trabalhos acadêmicos por autores como Guimarães et. al. (2006), Lago (2017) e Bassani (2010). São famílias, cujo o potencial de participação se destaca em movimentos

⁹ Visita Periódica a Família, é um benefício concedido pelo juiz da Vara de Execução Penal – VEP ao interno que cumpre pena no regime semiaberto e consiste em uma autorização para saída temporária do estabelecimento penal à residência dos familiares em dias estabelecidos e/ou datas festivas (SEAP).

¹⁰ As terminologias “Guerreiras do Cárcere” e “Amor bandido”, cambem às mulheres que visitam os companheiros presos, sem questionar as bases do sistema que os encarcera, sem reivindicar seus direitos, mesmo sem compreender quando estes são violados, e atingindo tal percepção, não estão organizadas em movimentos sociais. O trabalho não tem interesse em invisibilizar estas mulheres, mas evidenciar o engajamento das mulheres e familiares que se articulam e se apoiam mutuamente em movimentos sociais e institucionais.

sociais e organizações sociais. Majoritariamente mulheres de presos e egressos, mães e filhas, porém, o trabalho abrange também, homens, que são pais e filhos de presos. Os homens em condição de visitantes do sistema prisional são minoria, mas como usuários dos serviços de apoio social da AFAPERJ, representam um percentual significativo. De modo que, não será feito o recorte de gênero como uma referência transversalizadora da pesquisa, porém, não há interesse em desconsiderar o debate de gênero, tampouco invisibilizá-lo, mas me atenho ao público atendido pela instituição.

Observei que as pessoas que visitam os familiares privados de liberdade e egressos do sistema prisional e que acompanham os processos dos efeitos do encarceramento, há anos a fio, engajados em movimentos sociais, comumente citam a legislação do Código Penal e afirmam conhecer seus direitos e do membro apenado. Entre estes, estudantes e formandos dos cursos de Direito e Serviço Social, que levam o conteúdo aprendido em sala de aula, para o dia-a-dia, no exercício da militância, disseminando e articulando nos mais diversos espaços e no próprio decorrer de suas vidas, estratégias para resistência e autodefesa.

Estas pessoas fazem com que a AFAPERJ se configure como um espaço múltiplo, que resiste e enfrenta as mais intrínsecas violações de direitos e a violência que é produzida e reproduzida pelo Estado no contexto do cárcere às famílias, que são atravessadas pela negação de políticas públicas para assistência social e processos de emancipação humana.

A REDE DE APOIO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES E AMIGOS DOS PRESOS E EGRESSOS DORIO DE JANEIRO

A AFAPERJ, é uma rede de apoio social constituída por familiares e amigos de presos que oferece serviços de apoio às famílias dos indivíduos em privação de liberdade e aos egressos do sistema prisional. As redes de apoio social são compreendidas como conjunto de pessoas e entidades que compõem relacionamentos percebidos e recebidos na dinâmica de desenvolvimento dos indivíduos (BRITO; KOLLER, 2010). Em uma rede de apoio social, há interação entre os indivíduos, uma relação mútua de diferentes formas, caracterizadas por situações de troca entre estes (EVANGELISTA; CONSTANTINO, 2013).

A AFAPERJ surgiu no ano de 2017, na zona oeste do Rio de Janeiro, no bairro Bangu, à frente do Complexo Penitenciário de Gericinó. É uma rede de familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade que oferece apoio social às famílias de presos e egressos do sistema prisional, visto que o apoio social é o eixo central que interliga as relações desses indivíduos. Para compreensão do conceito de apoio social, considera-se importante a definição segundo Brito e Koller (1999), de que o apoio social pode ser estabelecido por uma rede de relações

entre pessoas que mantêm laços afetivos, dependendo de suas mais variadas concepções da realidade social e dos recursos disponíveis. O apoio social está intrinsicamente relacionado ao papel protetivo e a competência de enfrentamento, aos processos de resiliência e ao desenvolvimento dos indivíduos com outros microssistemas, grupos, instituições, entre outros, que estabelecem recursos para o acolhimento, a proteção e integração social de seus membros e seus vínculos, funcionando como “facilitadora do processo de adaptação a distúrbios físicos e emocionais e situações de estresse” (EVANGELISTA; CONSTANTINO, 2013, p. 220).

O objetivo da AFAPERJ é de orientar familiares e amigos de presos e egressos do sistema prisional em relação a seus direitos sociais, proporcionando um espaço de apoio psicológico e material às famílias, prestando orientação assistencial e jurídica, promovendo saúde e bem-estar e possibilitando o resgate da cidadania das pessoas privadas de liberdade por meio da isenção para emissão da documentação civil.

A AFAPERJ é um espaço de acolhimento que busca fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais de seu público alvo, além de contribuir com a comunidade no enfrentamento a violência do Estado contra a população pobre e periférica, refém da política estatal de encarceramento prestando serviços de apoio social às famílias. É uma rede de familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade que oferece apoio social às famílias de presos e egressos do sistema prisional, visto que o apoio social é o eixo central que interliga as relações desses indivíduos.

O funcionamento da AFAPERJ é de segunda à sexta feira em horário comercial. Os serviços de assistência jurídica, isenção para documentos¹¹, isenção para casamento civil e atendimento odontológico, sucessivamente são os mais solicitados pelos familiares precedido de ajuda e apoio material, como doação de itens e produtos de higiene. Os demais serviços variam desde informações diversificadas ao atendimento voltado para o acolhimento dos familiares dos presos. Ademais, além do atendimento físico, o atendimento informativo também é disponibilizado nas plataformas digitais, redes sociais e aplicativos.

AS DEMANDAS, OS DIREITOS E A ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS DOS PRESOS

A família ao longo da história passou por um processo de transformação em consequência das mudanças econômicas e culturais da sociedade. Há que se considerar as alterações no contexto social e jurídico, pois a família passa a ser definida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, como a base da sociedade, tendo especial proteção do

¹¹ As isenções de documentos civis e habilitação para casamento civil gratuito são realizados pela Fundação Leão XIII, instituição vinculada à vice-governadoria do Estado, com a finalidade de propiciar assistência aos grupos populacionais de baixa renda per capita familiar, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

Estado.

A compreensão da família nas suas múltiplas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo¹². Porquanto a família “é construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado” (MIOTO, 2010, p.158). Ademais, a família deve ser reconhecida, para além de sua capacidade de produção de subjetividades, mas, como uma unidade de cuidado e redistribuição interna de recursos, atribuindo a esta, um importante papel na estruturação da sociedade em diversos aspectos sociais, políticos e econômicos. Ao conceituar a importância do papel da família em seus aspectos múltiplos, há que levar em consideração o papel desempenhado pelas famílias cujo seus membros encontram-se em privação de liberdade, no contexto carcerário.

As famílias compartilham sentimentos, dificuldades e diversos aspectos subjetivos, contudo suas ações não cessam apenas nas dimensões abstratas, mas de maneira concreta, pois a família tem assumido a responsabilidade do Estado para com as pessoas sob sua custódia, no sentido financeiro, na assistência material, e por vezes, jurídica. Pois a família leva mantimentos, materiais de uso pessoal, como de higiene e vestuário, também acompanha os processos penais, age no sentido de denunciar os abusos e arbitrariedades por parte dos atores institucionais, punições ilegais e transferências de seus membros para lugares distantes do município onde residem.

Visitar uma pessoa presa é um dos trechos de uma jornada que demanda tempo, recursos financeiros, relações e mudança de vida das famílias envolvidas neste processo, desde longas viagens até a porta da prisão, na preparação do “jumbo” (termo utilizado pelos familiares dos presos para se referirem aos alimentos e itens destinados aos presos), na longa espera nas filas para visitaço, na interlocuço com os agentes penitencirios e nos processos de revista. *“Acordar s 4 horas da madrugada no fcil, com criana pequena, enfrentar buso cheio, caminhada longa e com um ‘jumbo’ pesado dureza!”*

O encarceramento provoca a reorganizao das famlias em torno do instituto carcerrio, que por sua vez, acaba por exercer um poder disciplinar sobre ela, para m do preso. As mazelas vivenciadas pelos familiares de presos constituem-se como uma violao sistemtica constitucional, pois no se pode ignorar que, juridicamente, a pena no pode passar da pessoa do condenado, conforme est previsto no art. 5, XLV da Constituinte, pelo qual se denomina intranscendncia ou pessoalidade da pena. *“Eu vou visitar meu filho e me sinto muito mal, e*

¹² A tendncia de considerar a famlia como espao de amor, cuidado e proteo, nega a possibilidade de discutir a questo social no mbito familiar, compreendendo que a famlia tambm pode ser espao de violao de direitos.

não sou eu apenas, os agentes nos tratam com indiferença o tempo todo, às vezes falam coisas ruins, se referem a nós como criminosos.” Entretanto, os constrangimentos e situações agressoras se perpetuam no âmbito familiar do presos nos mais diversos espaços sociais, dentro e fora do cárcere, nas relações com a comunidade e a sociedade de um modo geral: *“Desde que meu filho foi agarrado, minhas vizinhas pararam de falar comigo, nem me cumprimentam, eu me sinto sozinha, já que perdi meus outros dois filhos.”* Nas relações de trabalho: *“Que medo da patroa descobrir que meu marido está preso, já perdi um emprego de cinco anos por isso, agora fico calada.”*

Cabral e Medeiros (2010) considera como consequências da sanção penal na vida das famílias dos presos, os seguintes efeitos: psicológico, sociais e financeiros. Os efeitos de ordem psicológica, estão interligados a quebra de vínculos familiares, onde o afastamento dos presos com a família causa desgaste na relação familiar; os efeitos de ordem social, se referem a repercussão social quando um membro de uma família sofre sanção penal de privação de liberdade, o “estigma de cortesia”¹³, pelo qual, os processos de estigmatização típicas dos grupos encarcerados, atinge a família e seus amigos e os efeitos financeiros, visto que a situação financeira da família sofre um desarranjo, considerando que “em muitos casos, o detento é o principal responsável pela subsistência da família. Com o seu encarceramento, além do comprometimento da continuação do abastecimento financeiro, outros encargos surgem” (p.63).

Segundo o MEPCT (2016) a família do preso acaba por se ocupar pelo acompanhamento do processo, quando a mesma não possui condições financeiras para contratação de advogado de cunho particular, solicita a assistência jurídica do Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – NUSPEN, que se encarrega da assistência jurídica gratuita à população prisional nos estabelecimentos penais e hospitais de custódia do Estado, no que concerne as questões pertinentes ao cumprimento da pena, da medida de segurança e violações de direitos humanos, acesso à saúde e os atendimentos familiares como exemplo: dúvidas sobre data da progressão do regime, porém depende de agendamento prévio, via telefone, no número 129 (DEFENSORIA PÚBLICA, 2019).

Como já mencionado anteriormente, o atendimento jurídico na AFAPERJ é solicitado corriqueiramente, haja vista os familiares informarem que o tempo de espera para atendimento com o NUSPEN é longo, portanto, recorrem à instituição para terem suas solicitações atendidas. *“Tentamos agendar atendimento, mas não dá, demora muito, e ainda é no centro da cidade!”* O direito fundamental à presunção de inocência, art. 5º, inciso LVII, quando negligenciado,

¹³ O termo foi cunhado pelas autoras, em consonância a obra: Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Erving Goffman (1963).

também considera-se uma violação de direitos, posto que não se pode ignorar que juridicamente, somente é considerada culpada aquela pessoa que, acusada pelo cometimento de determinado crime, teve como direito um processo justo e a todas as vias de defesas e recursos até que a condenação se torne definitiva. Contudo, 43% da população carcerária é de presos e presas sem condenação definitiva, portanto, quatro em cada dez presos estão aguardando julgamento e sentença, o que é considerado juridicamente inocente: os presos provisórios (CARCERÁRIA, 2014).

Os presos provisórios se constituem como agravante no processo de “superlotação dos presídios”, de modo que, em estado de superlotação, o encarceramento gera “sequelas” nos sujeitos, haja vista a pouca exposição ao sol, a falta de higiene e a má conservação ocasionam males à saúde e “aquisição de doenças visivelmente em seus corpos, como doenças de pele, micoses, coceiras, furúnculos, emagrecimento e riscos de doenças como por exemplo, as pulmonares” (MEPCT, 2016, p.51). A situação de saúde dos presos ocasiona efeitos traumáticos para suas famílias. *“Meu filho entrou lá e deu de cara com vários presos doentes. Tinha um preso com tuberculose até, no meio de geral! Meu filho está magro, muito doente, tosse muito, mas no UPA não disseram muita coisa, estou até levando remédio para ele!”* Tais relatos dos familiares evidenciam a situação da assistência à saúde, atualmente no sistema prisional, como já fora mencionado, um dever do Estado para com os sujeitos que estão sob sua custódia.

De acordo com o MEPCT (2016) há uma incongruência em pensar o sistema prisional e direitos, o cárcere se configura como um espaço de violações de direitos, tanto para o preso quanto para seus familiares. Para tal a Carcerária (2014) afirma quanto aos direitos da população carcerária, 10% têm acesso a alguma forma de educação, somente 20% exercem atividade remunerada, o serviço de saúde é manifestadamente frágil, o quadro técnico é exíguo e diversos casos graves de doenças e até óbitos oriundos de negligência, além de torturas e maus tratos com a conivência dos órgãos responsáveis por fiscalizar as unidades prisionais (CARCERÁRIA, 2014).

Na atual conjuntura social e econômica do Brasil, onde há uma tendência predominante de resolver as questões de ordem pública, na esfera privada, o Estado se desobriga da reprodução social, transferindo quase que exclusivamente as responsabilidades para a família, sobrecarregando-as a cargo da solidariedade, da “descentralização” ou parceria, considerando que no país, a família sempre teve a funcionalidade de “anteparo social” (SALES et. al., 2010, p.64).

A AFAPERJ inicia seu atendimento, com a recepção no limite de cadeiras destinadas à espera das famílias, estas, compartilham sentimentos, dificuldades e expectativas futuras,

sonham juntas com a liberdade de seus membros. *“Falta pouco, vamos ter fé, a Lili vai cantar!”* A “Lili”, liberdade, que pode ser compreendida na frase, Em breve estará livre. Pode-se ouvir frases de apoio e esperança comumente utilizadas entre os familiares e os presos.

Sexta-feira, dia doze de maio do presente ano, 2019, semana do dia das mães, a recepção na AFAPERJ, com cerca de 30 famílias ali representadas, a conversa era em tonalidade alta: *“Desde quando meu marido foi agarrado não consegui visitar, quase 3 meses pra carteirinha ficar pronta, agora demora mais!”*, *“Eu esperei quase quatro meses, sem saber notícias dele, aí chegou e até chorei, a saudade estava me matando, eu sou mãe e vou passar meu dia com meu filho!”*

O agendamento de credenciamento de visitas a presos em penitenciárias do Estado a partir do dia vinte e um de novembro de dois mil e oito passou a ser realizado pelo Detran. O serviço era realizado pela SEAP, porém no dia treze de novembro, a mesma encerrou suas atividades. As famílias reclamavam a morosidade na emissão da Carteira de Habilitação para Visita, tendo como atenuante a transferência de responsabilização institucional para este procedimento, ocasionando atrasos e dificuldades para agendamento nos canais disponibilizados, site e telefone.” *Como vou saber que não é mais a SEAP que tira a carteirinha? Ainda bem que “a social” aqui me ajudou, somos os últimos a saber de tudo.”*

As famílias também reivindicavam informações objetivas e transparência quanto às diretrizes institucionais, comumente agradeciam a rede de apoio mútuo, que norteavam e clarificavam as ações e dinâmicas para suporte aos seus familiares. Informações como: *“O que levar para comer? Como tenho que me vestir? Posso levar este objeto? O que eu não posso levar? Estou com um papel aqui cheio de coisas escritas, o que quer dizer, isto, doutor?”* Contudo, as famílias conversavam sobre organizar um ato: *“Vamos nos movimentar minha gente! Vai ter luta!”* E nestes momentos, a esperança era uníssona nos rostos daquelas pessoas, que se abraçavam e se apoiavam; *“Vamos dar um jeito nisso!”* Ou *“Vamos ficar bem, ele (a) vai sair dessa!”*

As vivências das famílias dos presos são permeadas por estratégias de resistência, estas, mesmo sofrendo discriminações, estigmas sociais, violências, violações de direitos e acompanhando a sanção penal pelo qual seus membros são penalizados, se organizam, apoiam-se mutuamente, lutando pelo acesso a direitos e construindo redes de apoio social. As famílias que constituem a AFAPERJ e que são atendidas por estas, que estabelecem relações de afeto, cuidado e parceria acabam por contribuir e construir dinâmicas para emancipação e retorno de seu ente familiar ao contexto societário em liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Redes de Apoio Social refletem a falência do Estado, porém revelam o potencial criativo e afetivo da Comunidade ante as possibilidades de superação das dificuldades encontradas no contexto carcerário. O apoio social possui intrínseca relação com o papel protetivo e com a competência de enfrentamento, aos processos de resiliência e ao desenvolvimento dos indivíduos com outros microssistemas, grupos, instituições, entre outros, que estabelecem recursos para o acolhimento, a proteção e integração social de seus membros. A AFAPERJ é um espaço de acolhimento que busca fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais de seu público alvo, além de contribuir com a comunidade no enfrentamento a violência do Estado. As famílias dos presos e presas, ativistas de movimentos que visam combater o aprisionamento da população negra, pobre e favelada representam dentro desse espaço institucional, e outros espaços sociais, um movimento para desenvolver um processo de luta por justiça, tendo em vista a importância de iniciativas voltadas a fortalecer as instituições democráticas e de promover a ação conjunta entre o poder público e movimentos sociais no atual contexto político e social do Estado.

REFERÊNCIAS

- BASSANI, Fernanda. Amor bandido: Cartografia da mulher no universo prisional masculino. Revista Dilemas revista de estudos de conflitos e controle social. v. 4, n.2. ISSN Impresso: 1983-5922. 2011.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988.
- BRASIL. BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.
- BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). O mundo social da criança: natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999).
- CABRAL, Yasmin Tomaz; MEDEIROS, Bruna Angra de. A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate. p. 50–71, 2015.
- CARCERÁRIA, Pastoral. AGENDA NACIONAL PELO DESENCARCERAMENTO, 2014.
- DAVES, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução de Marina Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN – junho 2016, Ministério da Justiça, 2016.
- EVANGELISTA, Vitor de Moraes; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. Revista Estudos. FAPESP, São Paulo, 217-232. v.17. 2013.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- JUSTIÇA GLOBAL E MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E

COMBATE À TORTURA. Quando a liberdade é exceção: a situação das pessoas presas sem condenação no Rio de Janeiro. 2016.

MINAYO, de Souza, Maria Cecília (org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.

33. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social SERV. SOC. REV., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. Familismo direitos e cidadania: contradições da política social. Cortez Editora, 2015.

LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. Aracê - Direitos Humanos em Revista. V.4, n.5. ano 2017. ISSN 2358-2472. p. 35-53.

SALES, Mione Apolinário. Et. al. (org.). Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.